

Educar: Una profesion de mujeres?

Silvia Cristina Yannoulas*
por *Analía Soria Batista***

A obra em análise é uma tese de doutorado que aborda a feminização do normalismo e do magistério de primeiro grau no Brasil e na Argentina, entre os anos 1870 e 1930. Trata-se de um período de organização dos Estados nacionais, dos sistemas educativos nacionais e de procura de produção de identidades nacionais. Nesse contexto, a expansão da educação de primeiro grau é instrumento privilegiado na produção da identidade nacional, com vistas à integração social.

A recuperação das concepções de feminidade e de atividade docente — a partir das quais mulheres brasileiras e argentinas foram incorporadas nesse momento histórico às tarefas docentes — ilumina, no estudo, o significado das diferenças e igualdades entre homens e mulheres no período. A reconstrução do processo de feminização, em suas dimensões quantitativa e qualitativa é realizada por intermédio da Escola Normal de São Paulo — atual Escola Estadual de primeiro e segundo graus Caetano de Campos — e da Escola Normal de Paraná — atual Escola Normal Superior José Mario Torres.

Duas perspectivas fundamentais fundamentam o estudo: a de gênero e a de latino-americanidade. Para se realizarem, ambas exigem a implementação do método comparativo. De fato, a comparação está presente não só na avaliação dos processos acontecidos no Brasil e na Argentina, mas também nas análises nacionais dos discursos masculinos e femininos, na avaliação

* YANNOULAS, Silvia Cristina é pesquisadora da Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina.

** Analía Soria Batista é professora doutora visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pesquisadora do laboratório de psicologia do trabalho — LPT da Universidade de Brasília, coordenando a área de sociologia do trabalho desse laboratório.

da atividade docente e na identidade de gênero, no estudo dos processos de feminização do normalismo e da profissão docente.

É propósito do estudo contribuir para a produção de um saber no campo da sociologia histórica da educação, construído a partir da perspectiva de gênero. Para a autora, não se trata de resgatar a história das mulheres, e sim de reescrevê-la a partir de um dado fundamental do real que foi negligenciado: o masculino e o feminino como conceitos culturais historicamente conformados, por meio de uma relação de mão dupla.

Quem escreve? Uma intelectual latino-americana para quem o gênero não é só modo de classificação social a ser identificado e resgatado no real. Para ela, o sujeito cognoscitivo é portador de uma identidade de gênero que intervém na produção dos saberes científicos. Radical, lança um desafio ao levantar uma questão epistemológica fundamental, embora não se estenda nesta reflexão.

Para a autora, no Brasil e na Argentina, a feminização dos alunos normalistas legitimou-se a partir da identidade feminina construída à época em torno do conceito de “mãe educadora”. A produção dessa identidade haveria fomentado o ingresso de mulheres na profissão docente no primeiro grau do sistema educativo, em um período de retração da participação feminina na força de trabalho total. Além disso, a feminização dos alunos normalistas e da profissão docente foram influenciadas pelo caráter das políticas públicas de governo em matéria educativa.

Não é possível fazer aqui referência a cada capítulo da obra, embora sejam todos de grande interesse e originais na articulação das questões. Apenas creio necessário destacar a elaboração teórica realizada pela autora no capítulo primeiro, no qual articula a análise da passagem dos estudos da mulher aos chamados estudos de gênero, discutindo olhares filosóficos presentes na produção científica e tornando explícita a relação de mútua influência entre produção dos saberes e formas de organização e luta das mulheres na sociedade. No entanto, tratando-se de um estudo que se debruça sobre dois dos grandes países da região, chama a atenção a brevidade da discussão latino-americana sobre a problemática em questão, embora isso possa estar associado à ausência de suficientes estudos de gênero nacionais/regionais no momento em que foi produzida a obra.

A autora elabora alguns “pontos de partida” para a investigação, que desejo ressaltar não só porque acompanham o percurso analítico e finalmente são rediscutidos no momento de fazer o balanço final da pesquisa, como também porque, em sua articulação, configuram uma das singularidades da obra.

De entrada, são apresentadas criticamente visões maniqueístas sobre o significado que teve o século XIX para as mulheres: de um lado, foi um período sombrio, de outro, um período de libertação. Importante destacar que o trabalho desenha um território de contradições, a partir do qual se consegue a superação dessa visão.

Para situar a discussão sobre gênero nesse século, utiliza dois conceitos: o de igualdade e o de identidade. Novamente, a estratégia da análise busca identificar, no real, processos contraditórios que constroem “novas” realidades. A sociedade capitalista industrial ocidental impôs um postulado de igualdade entre os sexos que entrou em conflito com o anterior, o da existência de identidades de gênero diferentes. Destaca que a identidade feminina e a masculina, próprias do gênero vernáculo, foram reelaboradas pelo filtro da igualdade moderna e capitalista.

Para a autora, a identidade feminina do século XIX foi construída com base em argumentações “ecológica” e essencialista. Essas colocaram como ideal feminino primordial a maternidade, e como espaço feminino privilegiado, o privado. Assim, maternidade, família e esfera privada, foram redefinidas em um contexto histórico marcado pela aparição de Estados nacionais, da industrialização e da urbanização.

Já a identidade masculina foi construída sobre a base das argumentações política e essencialista. Segundo essas, o homem deveria desempenhar funções produtivas e públicas, e eram atributos masculinos a força física, a agressividade, racionalidade etc.

A autora olha para a América Latina utilizando os conceitos de igualdade e identidade, ao destacar que, na região, a docência na escola de primeiro grau foi considerada atividade a ser desenvolvida por seres humanos sem distinção de sexo — igualdade. Mas, segundo o argumento naturalista da identidade feminina, as mulheres poderiam realizar melhor essa tarefa. A escassa remuneração das profissionais do ensino justificava-se, em grande parte, pelo argumento ecológico da identidade feminina: as mulheres complementam salário familiar; o homem — pai ou esposo — é o principal provedor.

Um outro ponto de partida do estudo, é a abordagem da divisão sexual do trabalho. O processo de urbanização e de industrialização do século XIX levou à separação da esfera doméstica da esfera do trabalho produtivo. As atividades domésticas foram consideradas como não-trabalho. O trabalho feminino remunerado ficou em desvantagem — salário - condições de trabalho —, em relação aos dos homens, devido ao papel designado ao homem como principal provedor no grupo familiar. As mulheres concen-

traram-se em determinados tipos de ocupação devido à naturalização de suas características. A legislação protetora das mulheres produziu uma imagem da mulher como ser dependente, e das assalariadas como um grupo excepcional e vulnerável, restringido a certos tipos de emprego. Conclui a autora que a participação feminina no mercado formal foi permitida mas não promovida, porque as funções principais das mulheres eram a maternidade e a preservação do núcleo familiar.

Essa análise referida especialmente à situação das mulheres européias, é válida para América Latina? Há contraste entre Europa e América Latina. De fato, segundo a autora, houve na região exceções, porque o papel docente das mulheres foi fomentado a partir do próprio Estado, e não apenas permitido ou tolerado.

As definições de Arendt sobre espaço privado, social e público são trazidas à tona para discutir e repensar o feminino e o masculino no século XIX, em especial a feminização da docência latino-americana no primeiro grau do sistema educativo nacional. Esclarece que o esquema clássico de interpretação, que assimila o privado ao feminino e o público ao masculino, não dá conta da real situação de homens e mulheres no século XIX. Levanta que, naquele momento, não todo o não privado era proibido à mulher e não todo o público estava aberto a todos os homens. De fato, a tarefa docente, considerada extensão das atividades domésticas e a própria escola de primeiro grau se ubicaram na esfera social. Analisa que as mulheres contribuíram individual e coletivamente na produção da esfera social durante esse século, a partir de ações assistenciais e de profissões como a docência ou enfermagem.

Nos estudos de caso sobre escolas normais do Brasil e da Argentina, a autora explicita os diversos modos como mulheres e homens foram vinculados aos cursos normais, e ao corpo docente de primeiro grau. Reconstrói o processo de feminização em suas dimensões quantitativa e qualitativa. Essa diferenciação produzida é importante. De fato, o estudo mostra que as dimensões do processo de feminização não coexistem necessariamente, podem avançar a ritmos diferentes, ou fazer presente apenas uma delas. Avisa sobre a utilização de fontes heterogêneas quanto à origem, aos destinatários e aos objetivos. Alerta que procura detectar discursos alternativos à concepção de "mãe educadora", como base desse processo de feminização.

Na região, a maternidade espiritual foi associada ao exercício da docência na escola elementar. Se as mulheres eram encarregadas de cuidar das crianças no lar, porque não poderiam fazê-lo nas escolas? Segundo a autora, em grande parte, essa assimilação entre as tarefas do lar e do trabalho perdura até hoje.

Mães e maestras, na América Latina, as mulheres foram chamadas a colaborar na integração nacional. Mas essa interpelação política, que levou à feminização da profissão docente, não aconteceu sem conflitos em cada país sob análise. A autora estabelece um interessante contraponto entre Argentina e Brasil, articulando diferentes níveis de análise. Sua análise parte das características diferenciais dos sistemas educativos nacionais — no Brasil, descentralizado, na Argentina centralizado —, e da opção da coeducação, diferente nos dois países, para compreender as singularidades que assumem, em cada contexto nacional, os processos de feminização das escolas normais e do exercício da docência no primeiro grau.

Qual o significado dessa incorporação à docência para as mulheres do século XIX, segundo a lente dessa mulher intelectual do século XX? É a partir de um estudo de caso singular que ela questiona as visões maniqueístas sobre a situação das mulheres no século XIX. A análise feita e o discurso da autora convencem: as educadoras profissionais, filhas de uma modernidade construída contraditoriamente pela confluência e pela articulação complexa de novos e velhos valores, conseguiram emancipar-se.

A incorporação dessas mulheres ao normalismo e ao magistério teve lugar em um contexto caracterizado por discursos que traduziam e construíam uma identidade feminina baseada na idéia de mãe educadora. Contudo, essa identidade não foi simples repetição de valores ou concepções tradicionais sobre as mulheres. A autora reivindica a modernidade dessas normalistas que se distanciavam cada vez mais dos modelos femininos de suas mães e avós. De fato, de mães educadoras, elas metamorfosearam-se em educadoras profissionais, participando na transmissão do saber considerado legítimo na sociedade. Comportamentos emancipadores acompanharam essa mudança, tais como circular livremente pelas ruas e instituições urbanas, obter dinheiro e posição própria, produzir novos espaços legítimos de exercício do poder, vincular-se ao feminismo e ao gremialismo docente, traduzir livros etc.

O título da obra é simples, porem sugestivo. Interroga, mas a resposta não é fácil. O percurso teórico e analítico desenhado pela autora permite refletir que profissão não tem sexo predefinido, ele é produzido socialmente e datado historicamente. Processos de feminização e de masculinização das profissões podem suceder-se ao longo da história, exigindo dos pesquisadores a descoberta e a reconstrução, em cada caso particular, de relações entre identidades de gênero e exercício das profissões, tanto como a articulação desses processos com mudanças de índole estrutural na sociedade.

Podemos dizer que educar “foi” uma profissão de mulheres. Dados re-

centes sobre o Brasil mostram que está tendo lugar uma desfeminização lenta da docência no primeiro grau. Ora, o presente estudo é base necessária e imprescindível desde o ponto de vista teórico e metodológico para compreender e abordar a atual incorporação de homens à docência no primeiro grau. A exposição é sugestiva, os percursos analíticos são motivadores.